



RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2026

APRESENTAÇÃO

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por intensa atuação institucional do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – FONAVID, pautada pelo fortalecimento do diálogo interinstitucional, pela produção técnica qualificada e pelo compromisso permanente com o aperfeiçoamento da política judiciária de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em apenas seis meses, o Fórum promoveu importantes avanços em diferentes frentes de atuação, ampliando sua interlocução com os Poderes da República, órgãos do Sistema de Justiça, instituições parceiras e comunidade acadêmica, ao mesmo tempo em que consolidou sua participação nos principais debates jurídicos nacionais relacionados à efetividade da Lei Maria da Penha.

Este relatório apresenta um panorama das principais atividades desenvolvidas entre janeiro e junho de 2026. Trata-se, contudo, de um retrato parcial da gestão. Ainda restam seis meses de intenso trabalho e relevantes entregas institucionais, culminando com a realização do XVIII FONAVID, principal encontro nacional da magistratura especializada em violência doméstica e familiar contra a mulher, atualmente em fase avançada de organização.

GOVERNANÇA E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Os primeiros meses da gestão foram dedicados à organização administrativa do Fórum e ao planejamento estratégico das ações institucionais.

Nesse período destacaram-se a realização da cerimônia de posse da nova Diretoria, a instituição da Assessoria Legislativa, o planejamento do XVIII FONAVID em parceria com o Tribunal de Justiça do Ceará, a modernização da comunicação institucional e o desenvolvimento do novo portal eletrônico do Fórum.

Essas iniciativas permitiram consolidar uma estrutura de atuação mais integrada, fortalecendo a capacidade institucional do FONAVID para desenvolver projetos estratégicos de alcance nacional.

INTENSA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

O diálogo permanente com instituições públicas constituiu uma das principais características da gestão neste primeiro semestre.

Foram realizadas 35 reuniões institucionais e de trabalho, envolvendo a Presidência, a Diretoria Executiva, a Assessoria Legislativa e diversos parceiros estratégicos.

Importa destacar que esse quantitativo se refere exclusivamente às reuniões realizadas, não abrangendo cerimônias, palestras, cursos, audiências, seminários, participações em eventos, manifestações técnicas, memoriais, requerimentos, notas técnicas e demais atividades desenvolvidas pelo Fórum durante o mesmo período.

As agendas contemplaram interlocução com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, fortalecendo o protagonismo institucional do FONAVID na construção de políticas públicas e no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Como exemplos dessa atuação, destacam-se reuniões com a Ministra Maria Marluce Caldas, do Superior Tribunal de Justiça; com os Senadores Alessandro Vieira, Eliziane Gama e Fabiano Contarato; com a Deputada Federal Coronel Fernanda; com as Conselheiras do Conselho Nacional de Justiça Jaceguara Dantas e Suzana Massako; com os professores Alice Bianchini e Paulo Iotti; além de representantes do Ministério das Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça, do COCEVID, da AMB Mulheres, do Tribunal de Justiça do Ceará, de escolas judiciais e de outras instituições parceiras.

INCIDÊNCIA PERANTE OS PODERES DA REPÚBLICA

O FONAVID manteve atuação permanente junto aos Poderes da República, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas e da prestação jurisdicional relacionada à violência doméstica e familiar contra a mulher.

No âmbito do Supremo Tribunal Federal, o Fórum desempenhou relevante papel no julgamento do Tema 1412, promovendo reuniões técnicas preparatórias, elaborando a petição de ingresso como *amicus curiae*, apresentando memoriais e realizando sustentação oral perante a Suprema Corte, em parceria com a ABMCJ e representados por Alice Bianchini e Paulo Iotti, reafirmando seu compromisso com a efetividade da Lei Maria da Penha.

Paralelamente, intensificou o diálogo institucional com o Conselho Nacional de Justiça, o Congresso Nacional e o Ministério das Mulheres, fortalecendo a participação do FONAVID na construção de soluções estruturantes para o sistema de justiça.

Salienta—se que o FONAVID, atualmente, compõe as seguintes coletividades:

- 1) Fórum Permanente de Diálogos do Sistema de Justiça do Ministério das Mulher;
- 2) Grupo de Trabalho sobre Grupos Reflexivos do CNJ;
- 3) Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - FONAVID;
- 4) Grupo de Trabalho da Jornada Maria da Penha.

PRODUÇÃO TÉCNICA E PROPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

O primeiro semestre foi igualmente marcado pela elaboração de importantes manifestações técnicas e proposições destinadas ao aperfeiçoamento da política judiciária de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Proposições encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça

Entre as principais entregas da gestão destacam-se três relevantes proposições encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça:

1. Aperfeiçoamento do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)

Foi apresentado requerimento propondo alterações no SEEU para ampliar a efetividade do artigo 21 da Lei Maria da Penha, permitindo melhor identificação de informações relevantes durante a execução penal e fortalecendo a proteção das mulheres vítimas de violência.

2. Alteração do Mês Nacional do Júri

O FONAVID propôs ao CNJ a revisão do período destinado ao Mês Nacional do Júri, buscando conferir maior efetividade às ações de priorização dos julgamentos de feminicídio e adequar a iniciativa às necessidades da política judiciária de enfrentamento à violência contra a mulher.

3. Implementação da Proposição nº 7 da Carta de São Luís

Foi encaminhado requerimento propondo a implantação, nos sistemas processuais do Poder Judiciário, de mecanismos automáticos de identificação da existência de outros processos envolvendo mulheres em situação de violência doméstica e familiar e seus dependentes, nas competências cível, família, criminal e de violência doméstica.

A proposta visa ampliar a integração entre os sistemas judiciais, permitindo uma atuação mais coordenada, célere e protetiva do Poder Judiciário.

Nota Técnica

Também merece destaque a elaboração de Nota Técnica em defesa da manutenção da Resolução nº 258 do CONANDA, apresentada em oposição ao pedido de suspensão da norma.

A resolução estabelece diretrizes voltadas ao protocolo de atendimento relacionado ao aborto legal, reconhecendo a necessidade de atuação articulada da rede de proteção diante dos impactos produzidos pela violência.

Na manifestação apresentada, o FONAVID sustentou que a resolução se harmoniza com a Constituição Federal, com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com o Código Penal, constituindo importante instrumento da proteção integral de crianças e adolescentes.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Além da intensa agenda institucional, o FONAVID participou de relevantes eventos nacionais e internacionais, ampliando sua atuação técnica e acadêmica.

Destacam-se:

- participação no evento O Brasil pelas Mulheres – Formação de uma Cultura de Proteção;
- participação na cerimônia de lançamento das Diretrizes da Educação;
- participação na cerimônia de lançamento do Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Estado do Ceará;
- participação em Webinar promovido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- participação no Fórum Permanente de Diálogos do Sistema de Justiça;
- palestra de abertura do XX Congresso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina;
- participação no Curso de Violência de Gênero realizado em Buenos Aires;
- representação institucional no Seminário sobre a Lei Maria da Penha, em Ribeirão Preto.

PRINCIPAIS INDICADORES DO SEMESTRE

O primeiro semestre de 2026 apresenta resultados expressivos para o FONAVID, destacando-se:

- 35 reuniões institucionais e de trabalho, sem considerar as demais atividades desenvolvidas pela gestão;
- atuação como amicus curiae no julgamento do Tema 1412 do Supremo Tribunal Federal;
- apresentação de memoriais e realização de sustentação oral perante o STF, representado pela Professora Alice Bianchini;
- três proposições institucionais encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça;
- elaboração de Nota Técnica em defesa da Resolução nº 258 do CONANDA;
- fortalecimento da interlocução institucional com o STF, CNJ, Congresso Nacional, Ministério das Mulheres e demais órgãos do Sistema de Justiça;
- participação em relevantes eventos nacionais e internacionais;
- desenvolvimento do novo portal eletrônico e fortalecimento da comunicação institucional;
- organização do XVIII FONAVID;
- composição em 04 fóruns e grupos de trabalho nacionais relacionados à efetividade do sistema de justiça no enfrentamento à violência contra a mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados demonstram uma gestão marcada pela presença institucional, pela qualificação técnica e pela construção de soluções estruturantes voltadas ao aperfeiçoamento da política judiciária de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Mais do que a realização de atividades, o período foi dedicado à consolidação de parcerias estratégicas, ao fortalecimento da atuação nacional do FONAVID e à ampliação de sua capacidade de contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e da prestação jurisdicional.

Este relatório registra apenas o primeiro semestre da gestão. Os próximos seis meses reservam novos projetos, novas entregas e importantes desafios institucionais, tendo como marco a realização do XVIII FONAVID, oportunidade para consolidar os avanços alcançados e reafirmar o compromisso permanente do Fórum com a efetividade da Lei Maria da Penha, a proteção integral das mulheres em situação de violência e o fortalecimento da magistratura especializada.

Camila Rocha Guerin

Presidenta do XVIII FONAVID.

